
EDITORIAL

Apresentação à edição especial

Luiz Guilherme Mendes de Paiva¹, Gabriel Feltran² e Juliana de Oliveira Carlos³

¹ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, BR

² Centro de Estudos da Metrópole e Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Sociologia, BR

³ Universidade de São Paulo, BR

Autor correspondente: Luiz Guilherme Mendes de Paiva (paivalg@gmail.com)

A edição especial do *Journal of Illicit Economies and Development* explora diferentes aspectos do funcionamento dos mercados ilegais no Brasil, suas conexões com atividades legais e as respostas institucionais. Os trabalhos jogam luz nos personagens, padrões morais e regras de operação das economias ilegais, explorando a prevalência da regulação não-estatal, as conexões entre o comércio ilegal e o desenvolvimento econômico. Este artigo oferece uma breve introdução a respeito das pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil, sublinhando os elementos centrais dos artigos que compõem a edição especial.

Palavras-chave: economias ilícitas; desenvolvimento; Brasil; JIED

Esta edição especial do *Journal of Illicit Economies and Development* (JIED) apresenta ao leitor internacional o estado da arte da pesquisa a respeito dos mercados ilícitos no Brasil. Argumentamos, em cada artigo apresentado, que há uma tradição de estudos brasileiros sobre o tráfico de drogas, os mercados informais, a violência urbana e o sistema de justiça, ainda pouco conhecida em inglês.

Essa tradição de estudos produziu uma premissa analítica, amparada em estudos empíricos desde os anos 1980: a de que há relações intrínsecas entre o legal e o ilegal, mas também entre o crime e a justiça, e entre os mercados ilícitos e as formas de controle social, incluindo as políticas de segurança. Relação, no entanto, não implica em indistinção. Ao contrário, faz muita diferença ser considerado um ator da ordem, ou do crime; fazer parte de uma economia oficial, protegida por leis e direitos, ou de uma economia ilícita, disputada por grupos armados.

Tal diferença produz regimes de ordem urbana que coexistem, dizem os trabalhos fundadores dessa tradição de estudos. Em alguns lugares e situações, é o Estado quem governa, mas ao seu lado estão grupos criminais, as “facções”, ou de policiais autônomos, as “milícias”, que também disputam o governo da ordem urbana. Atores religiosos e de mercado se somam a eles. Esses regimes de governo coexistentes, evidentemente, estão amparados hoje em economias pujantes – de drogas, contrabando, veículos, subornos, extorsões. Atores legais e ilegais extraem dinheiro dessas economias.

Assim, se de um lado legal e ilegal são mundos apartados, muito dinheiro circula entre mercados legais e ilegais. Há economias inteiras de subornos sistemáticos e mercadorias políticas, como veremos, que florescem exatamente nessa fronteira. Quando cresce a economia do país, ao contrário do que se pensa, economias legais e ilegais crescem juntas, gerando ao mesmo tempo empregos e desenvolvimento econômico, violência e desigualdade.

Como entender essas fronteiras entre legal e ilegal, sem pressupor a oposição total, nem a indistinção total, entre um suposto polo virtuoso, da lei e da ordem, e um suposto submundo criminal? Ao mesmo tempo, como descrever as relações econômicas, sociais e políticas entre esses universos? Esse é o nosso desafio. Os artigos aqui apresentados partem da premissa de que é preciso começar de baixo para cima, descrevendo empiricamente o funcionamento dessas economias, seus personagens, os instrumentos oficiais e extraoficiais de sua regulação, para subir de escala e compreender as disputas de poder que as conformam. Em suma, é preciso conhecer as pessoas, de carne e osso, que as operam, nas suas diferentes escalas. Só assim saberemos como classificar, enquadrar e produzir soluções que realmente minimizem as violências e as desigualdades que permeiam, hoje, as economias ilícitas.

Esta edição especial apresenta, desse modo, diferentes dimensões dos mercados ilícitos brasileiros e suas relações com o sistema de justiça. Trata dos personagens, normas morais e regras de funcionamento dessas economias, que empregam milhões de pessoas e matam dezenas de milhares de pequenos funcionários, por ano, no Brasil. Trata da prevalência da regulação não-estatal, bem como da relação entre mercados ilegais e desenvolvimento econômico. Trata ainda do modo como autoridades policiais e judiciais respondem a essas economias, e dos efeitos que essas respostas produzem.

O Brasil é um país de dimensões continentais e de renda média, extremamente desigual. Regiões altamente industrializadas e economicamente desenvolvidas convivem lado a lado com comunidades pobres, com pouquíssimo acesso a serviços sociais fundamentais, nas quais a informalidade e a ilegalidade são parte do cotidiano. Combinada com o alto crescimento econômico na década passada, a desigualdade brasileira ofereceu inúmeras oportunidades para o crescimento dos mercados ilegais. Tais mercados podem oferecer fontes de renda importantes, quando não únicas, para aqueles cujo acesso ao mercado formal está bloqueado pela miséria, baixa escolaridade, poucos recursos de inserção social; por outro lado, esses mercados se tornam obstáculos ao desenvolvimento social, produzem intensa criminalização, fator central de segregação urbana. Mercados ilegais, que geram muito dinheiro para alguns, se tornam também vetores de violência e justificam a omissão ou a repressão estatal sistemática aos muitos pequenos operadores. A desigualdade é a marca dessas economias.

A resposta institucional a esses problemas é muito insuficiente e, com frequência, geradora de mais violência. Entre 10% e 30% dos mais de 60 mil homicídios anuais, a depender do Estado da federação, são produzidos pelas próprias forças policiais. Menos de 15% dos homicídios no Brasil são esclarecidos, praticamente a totalidade dos que vitimizam jovens negros e pobres, moradores de favelas, trabalhadores precários dos mercados ilegais da droga e de veículos roubados. A ampliação radical do encarceramento desse mesmo perfil de jovens, nas últimas décadas, piora muito suas chances de inserção produtiva na economia formal. Em suma, o modelo de resposta estatal a esse problema tem agravado as condições de desigualdade e subdesenvolvimento que, em tese, se propõe a atacar.

A ineficiência de tais políticas é cotidianamente exposta por seus resultados desastrosos – o país se torna cada vez mais violento, nos últimos 30 anos – que, no entanto, têm reforçado um apelo geral por mais repressão, mais encarceramento, mais violência estatal. Na onda desse apelo, o populismo penal emerge na cena política prometendo *mano dura*. Nos principais estados da federação, no Congresso Nacional, no sistema de justiça e no governo federal, praticamente não há propostas públicas relevantes sobre a regulação das economias ilícitas e proteção de seus trabalhadores mais vulneráveis, como modo de reversão das violências e desigualdades. Essa é mais uma função dessa edição especial, a de juntar-se aos que tematizam essas questões, buscando um outro modelo de justiça e segurança no país.

Embora o tema da revista seja *mercados ilegais*, é sintomático que a maior parte dos textos esteja concentrada no mercado de drogas. Por dividir fronteiras com os principais produtores de drogas vegetais do mundo, o Brasil tornou-se uma importante rota para o tráfico internacional, sobretudo de cocaína, além de desenvolver um mercado interno altamente relevante para muitas drogas. Como aponta o artigo de Hirata e Grillo, “o tráfico de drogas conseguiu organizar o campo dos ilegalismos populares como nenhuma outra atividade criminal”. Contudo, outros mercados são bastante relevantes e, frequentemente, interconectados com os mercados de drogas, impactando profundamente o desenvolvimento nacional. Também deve-se ressaltar que características regionais alteram a dinâmica dos mercados legais e ilegais, e devem ser estudadas em seus próprios termos para que o fenômeno seja compreendido de forma adequada, e políticas públicas sejam desenvolvidas de forma coerente.

Os artigos a seguir estão apresentados em três seções. Na primeira, apresentamos etnografias das economias informais e ilícitas e suas conexões com diferentes atores sociais – polícias, milícias e facções, mas também grandes empresários, deputados e senadores. Na segunda seção, pesquisas empíricas sobre os mercados informais, em tese não violentos, e os grandes assaltos a banco, cerne das facções criminais no Brasil, são lidas na chave da operação cotidiana de suas economias. A terceira seção dedica-se às respostas estatais e da sociedade civil brasileira, contemporâneas, com foco nos dilemas enfrentados no plano institucional e no sistema de justiça quando o assunto são as economias ilícitas. A mobilização de jovens afetados pela violência, e comentários de dois dos principais pesquisadores dos mercados ilícitos no Brasil, terminam de compor este número especial.

As profundas diferenças entre os mercados ilegais de drogas de São Paulo e do Rio de Janeiro são apresentadas no artigo de **Daniel Hirata** e **Carolina Grillo**. Mobilizando a tradição conceitual acima citada, de Machado da Silva a Michel Misse, os autores baseiam sua análise em extensiva pesquisa etnográfica nas periferias das duas cidades. É esse trabalho de campo que permite notar que o que parecia igual, aos olhos

externos, implica em regulação econômica, social e política muito distinta no Rio e em São Paulo. Algumas aproximações também são realizadas. Fica evidente, na leitura, que as soluções para enfrentar os problemas deveriam ser muito diferentes em ambos os casos.

O tráfico de drogas, mas agora em sua dimensão transatlântica, é o tema da pesquisa etnográfica pioneira de **Corentin Cohen**, desenvolvida minuciosamente entre redes de traficantes de cocaína nigerianos, nos últimos anos. O texto nos leva a conhecer histórias de personagens concretos, que arriscam as vidas para atravessar o oceano carregando drogas. Mas, em outra escala, o autor junta as peças do quebra-cabeças para oferecer uma visão ampla das transformações na economia, na vida cotidiana e nas políticas de segurança dos dois lados do Atlântico. A conexão Brasil – África Ocidental, pouco explorada na literatura, demonstra-se extremamente relevante para compreender mercados ilícitos, violência e segurança nos dois continentes.

Em diálogo com esses trabalhos, o mercado de drogas em São Paulo está presente também no artigo de **Gabriel Feltran**, que apresenta síntese de seu percurso etnográfico estudando os mercados ilícitos nas periferias de São Paulo. As trajetórias sociais de um operador do varejo do tráfico, e de uma Toyota Hilux roubada, são o fio condutor do artigo. As interfaces entre mercados lícitos de seguros, carros novos e usados, autopeças, e ilícitos como os de cocaína na fronteira com a Bolívia, se demonstram empiricamente. Expõe-se a indefinição da fronteira legal-ilegal, ao mesmo tempo que se demonstra quem ganha mais – e, portanto, tem interesse em manter intacto o funcionamento dos mercados ilegais.

Mais uma das interfaces entre economia legal e mercados ilegais é discutida por **Deborah Fromm**, por meio da análise do mercado de seguros de veículos no Brasil. O texto discute a ligação entre inovações legislativas, lobby e disputa mercantil, verificando seus impactos tanto para negócios legais como para aqueles ilegais. Não mais nas favelas e periferias, mas nos escritórios de grandes empresas, o artigo demonstra as zonas de contato entre esses dois campos.

O contato entre o legal e o ilegal segue no foco no artigo de **Marcella Araújo**, que discute as relações cotidianas entre políticas públicas, sobretudo políticas urbanas, e diferentes ilegalismos – particularmente milícias e traficantes – na zona oeste do Rio de Janeiro. As negociações cotidianas entre diferentes grupos, ao longo de décadas, estabilizam os parâmetros do que é considerado por eles normal, desejável e justo. Mais uma vez, a heterogeneidade dessas conformações locais desafia as macro-soluções.

Michel Misse, um dos principais sociólogos do Brasil, comenta dois dos textos da seção acima e retoma sua linha conceitual de interpretação da *acumulação social da violência* no Brasil, a partir dos anos 1970. O texto é uma excelente oportunidade para o leitor internacional se apropriar dos conceitos cunhados pelo autor na década de 1990, desenvolvidos até os dias de hoje, em intenso debate com a teoria social internacional. A polissemia da noção de *violência* como representação, categoria analítica ou descritiva, de *mercadoria política*, ostentada, negociada e cultivada por diversos agentes sociais no país, e de *sujeição criminal* são sintetizadas. Dessa síntese, evidencia-se a centralidade dos mercados ilícitos, das histórias urbanas e das decisões políticas na acumulação social de nossa violência, mais do que nunca na agenda atual da política brasileira.

Felipe Rangel discute a “empresarização” do comércio popular na cidade de em São Paulo. Se antes as imagens de informalidade, ilegalidade e precariedade dominavam esse universo, hoje trata-se de *big business* global. Um metro quadrado nos quarteirões dedicados ao comércio popular de produtos chineses, em São Paulo, hoje vale muito mais do que nos shopping centers que comercializam as grandes marcas, destinadas às elites globais. Acompanhando um grupo de comerciantes populares de perto, o autor demonstra como mercados informais e ilegais se “gentrificaram” nas últimas décadas e se converteram à narrativa do desenvolvimento global.

Jania Perla de Aquino apresenta pesquisa de quase duas décadas sobre aspecto importante e pouco estudado da atuação das organizações criminosas no Brasil: os grandes roubos a bancos, com ênfase no norte do país. Contra as ideias correntes de grandes organizações criminais, com forte especialização e hierarquia, a autora demonstra como assaltos cinematográficos, os maiores da história do país, foram realizados por indivíduos autônomos, atuando por projetos. Acumulação flexível, também na esfera criminal.

Adotando uma perspectiva de análise institucional, **Leonardo Silva** e **Bruno Langeani** apresentam dados inovadores sobre a repressão policial às drogas ilícitas no estado de São Paulo. Pesquisando ocorrências sobre drogas – incluídas aí aquelas classificadas como tráfico, mas também as de porte para uso – os autores não apenas aportam dados empíricos exclusivos, e relevantes, sobre as apreensões de drogas no estado de São Paulo, como permitem uma avaliação da atuação da polícia e da justiça em sua tentativa de controlar esse mercado. Os equívocos desse modelo de atuação estatal contra o tráfico se evidenciam a cada linha do artigo.

É também da perspectiva da resposta estatal ao mercado ilícito de drogas que parte o artigo de **Luiz Guilherme Paiva** e **Juliana Carlos**. Os autores discutem a falta de compreensão do sistema de justiça sobre a complexidade desse mercado, a partir de um conjunto de pesquisas brasileiras que demonstram com clareza o foco das agências policiais e judiciais no pequeno varejo do tráfico. Ainda sobre a relação entre o sistema de justiça e mercado ilícito de drogas, **Maíra Machado**, **Mariana Amaral**, **Matheus de Barros** e **Ana Clara Melo** analisam o tratamento jurídico conferido pelo Superior Tribunal de Justiça aos crimes de tráfico de drogas. As autoras apontam a severidade com que os casos são tratados e o modo como a fundamentação das decisões privilegia a pena de prisão, evidenciando a centralidade do poder judiciário sobre o superencarceramento brasileiro.

Esses dois últimos artigos demonstram que, ao alcançar apenas os operadores mais baixos dos mercados ilegais de drogas – facilmente substituíveis – a justiça brasileira não apenas se mostra incapaz de interferir nesses mercados, como também agrava o problema que pretensamente visa combater.

Representando um grupo de jovens das comunidades mais afetadas pela guerra às drogas no Rio de Janeiro, **Ana Clara Telles**, **Luna Arouca**, **Raull Santiago** e **Thaynara Santos** apresentam sua promissora experiência de mobilização, o *Movimentos*, que apresenta no texto seu ponto de vista para atuar diretamente no debate público.

Finalmente, um comentário de um dos expoentes do debate sobre economias ilícitas no Brasil, **Luiz Eduardo Soares**, analisa o debate contemporâneo sobre violência, criminalidade e política no Brasil, à luz da nova configuração política trazida pela eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Além de apresentar um conjunto relevante de pesquisas nacionais sobre o tema dos mercados ilícitos, esta edição especial conecta as pesquisas em ciências sociais e as práticas do sistema de justiça, com o objetivo de qualificar a resposta institucional ao fenômeno. Esperamos que esse segundo número do JIED possa contribuir para disseminar o trabalho de alto nível da academia brasileira sobre os mercados ilícitos, ampliando as oportunidades de cooperação internacional para a elaboração de pesquisas comparadas e conjuntas.

Esperamos, também, que os artigos – e os debates e eventos deles decorrentes – ajudem a aumentar a compreensão do fenômeno no Brasil, e, conseqüentemente, a estabelecer políticas públicas sobre mercados ilegais com foco no desenvolvimento econômico, que conduzam o país ao objetivo de construir uma sociedade pacífica e inclusiva.

Editores:

- **Luiz Guilherme Mendes de Paiva** é doutor em direito pela Universidade de São Paulo. Foi Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça do Brasil. Atualmente, é pesquisador associado do Centro Internacional de Política de Drogas da LSE e coordenador-adjunto de política de drogas do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim).
- **Gabriel de Santis Feltran** é professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Diretor Científico do Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Atualmente é pesquisador visitante na University of Oxford (LAC) e no Goldsmiths College (CUCR).
- **Juliana de Oliveira Carlos** é mestra e doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo e mestra em Direitos Humanos e Métodos de Pesquisa pela Universidade de Essex – Reino Unido. Assessora da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Autores:

- **Corentin Cohen** ensina na Sciences Po, é pesquisador associado ao Centro de Pesquisas Internacionais (CERI) e fellow do Instituto de Pesquisa Francês em Ibadan (IFRA Ibadan).
- **Daniel Veloso Hirata** é professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e pesquisador efetivo do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NEC-VU) e do Núcleo de Estudos em Economia e Cultura (NuCEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense; **Carolina Christoph Grillo** é professora assistente do Departamento de Ciências Sociais e pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da Universidade Federal Fluminense, e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NEC-VU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense.

- **Deborah Rio Fromm Trinta** é mestre e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).
- **Felipe Rangel** é mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Membro do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades (LEST-M) – UFSCar.
- **Janía Perla Diógenes de Aquino** é professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFC, em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência – UFC.
- **Leonardo de Carvalho Silva** é doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e é Coordenador de Projetos no Instituto Sou da Paz; **Bruno Langeani** é graduado em Direito e Relações Internacionais, e é Gerente da Área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz.
- **Luiz Eduardo Soares** é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e co-coordenador do curso de pós-graduação em gestão e políticas de segurança pública da Universidade Estácio de Sá. Foi Secretário Nacional de Segurança Pública, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e Secretário Municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência em Nova Iguaçu (RJ), entre outras funções executivas. Autor de diversos livros e artigos na área.
- **Maíra Rocha Machado** é professora associada e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; **Mariana Celano de Souza Amaral** é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; **Matheus de Barros** é mestrando em Filosofia e Teoria do Direito na Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; **Ana Clara Klink de Melo** é graduanda em Direito na Universidade de São Paulo e estagiária de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- **Marcella Carvalho de Araújo Silva** é professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- **Michel Misse** é professor titular do do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1986 e 1993. Fundador e diretor do Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NEC-VU) da UFRJ. Edita e colabora com dezenas de publicações nacionais e internacionais. Autor de diversos artigos e livros sobre violência e crime organizado.
- **Movimentos** – assinam o artigo em nome do grupo: **Ana Clara Telles**, especialista em política de drogas e doutoranda em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; **Luna Arouca**, assistente social, cientista política e coordenadora do Espaço Normal – Espaço de Referência sobre Drogas da Maré; **Raull Santiago**, comunicador independente, ativista de direitos humanos e co-fundador do Coletivo Papo Reto; e **Thaynara Santos**, comunicadora comunitária e graduanda em jornalismo na FACHA – Faculdades Integradas Hélio Alonso.

Agradecimentos

Agradecemos o prestigioso convite do LSE International Drug Policy Unit, nas pessoas de John Collins e Alexander Soderholm, que nos prestaram valioso apoio durante o todo processo. A oportunidade nos permitiu reunir um seletivo grupo de pesquisadoras e pesquisadores sobre os mercados ilícitos no Brasil e aumentar o alcance da pesquisa brasileira. Além disso, agradecemos, ainda, a disponibilidade das autoras e autores por todo o esforço na elaboração e entrega de seus excelentes artigos. Ressaltamos e agradecemos, ainda, a presteza e qualidade dos trabalhos de tradução realizados por Olívia Cappi e Antonio Carlos da Silva.

Conflito de Interesses

LGMP é servidor público federal. As opiniões são de sua exclusiva responsabilidade. GSF teve sua pesquisa financiada pela FAPESP (nº 13/07616-7). A terceira autora não tem conflitos de interesse a reportar.

How to cite this article: Paiva, LGM, Feltran, G and Carlos, JO. 2019. Apresentação à edição especial. *Journal of Illicit Economies and Development*, 2(1), pp. 1–6. DOI: <https://doi.org/10.31389/jied.25>

Submitted: 08 April 2019 **Accepted:** 08 April 2019 **Published:** 05 June 2019

Copyright: © 2019 The Author(s). This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited. See <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.



Journal of Illicit Economies and Development is a peer-reviewed open access journal published by LSE Press.

OPEN ACCESS The Open Access icon, which is a stylized circular symbol containing a smaller circle, resembling a padlock or a keyhole.